

## CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO SNIG (CO-SNIG)

### ATA DA 17ª REUNIÃO

Data: 25 de novembro de 2016

Hora de início: 09h15m

Hora de fim: 13h05m

Local: Direção-Geral do Território (DGT) - Rua Artilharia Um, 107, Lisboa

Presidência: Subdiretor-Geral da DGT, Mário Caetano

#### **Participantes**

Estiveram presentes os seguintes membros do CO-SNIG:

- Mário Caetano, DGT;
- Joaquim Pinto da Costa, Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Maria João Bessa, Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP);
- Giuseppe Cornaglia, Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);
- Ana Branco, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF);
- Nuno Vicente, Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE);
- Sónia Godinho, Instituto Hidrográfico (IH);
- Jorge Magalhães e Ana Santos, Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE);
- Gabriel Luís e Aurete Pereira, Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (LNEG);
- Ricardo Deus, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.;
- António Perdigão, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);

- Isabel Fernandes, Direção-Geral do Tesouro e Finanças;
- Hugo Lopes, Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.;
- Henrique Tato Marinho, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM);
- Marlene Antunes, Serviço Regional responsável pelas atividades de cartografia e de informação geográfica na Região Autónoma dos Açores, por skype.

Outros participantes da DGT: Alexandra Fonseca, Ana Luísa Gomes, André Serronha, António João Herdeiro, Danilo Furtado, Henrique Silva, Paulo Patrício.

### **Ordem de trabalhos**

1. Abertura
2. Aprovação da agenda
3. Informações
4. Do ENiG 2016 para o ENiG 2017: discussão
5. Monitorização 2016: discussão
6. Aprovação de documentos: Metadados para pesquisa e interoperabilidade entre infraestruturas de informação geográfica e documentos produzidos pelo Grupo de Trabalho INSPIRE Transversal (GTI-TR)
7. Proposta de alteração do DL n.º 180/2009, atualizado pelo DL n.º 84/2015: alteração do procedimento e ponto de situação
8. Ponto de situação da implementação do Plano de Ação para resolver lacunas na implementação e no cumprimento da Diretiva INSPIRE em Portugal (PA-INSPIRE.PT-2016)
9. Plano de Ação para resolver lacunas na implementação e no cumprimento da Diretiva INSPIRE em Portugal (PA-INSPIRE.PT-2017): discussão de linhas estratégicas
10. Preparação da 5ª reunião do Sub-group on Policy of the INSPIRE Maintenance and Implementation Group (MIG-P).Discussão dos documentos: MIWP 2016-2020, INSPIRE and eReporting e Fitness for purpose
11. Registo Nacional de Dados Geográficos (RNDG)

12. Infraestruturas de informação geográfica e governo eletrónico: discussão
13. Grupos de Trabalho INSPIRE: ponto de situação, alargamento a empresas e municípios e novos ToR
14. Outros assuntos
15. Conclusões

### **1. Ponto 1 da Agenda - Abertura**

Mário Caetano abriu a reunião, agradecendo a presença de todos.

Informou os presentes que o objectivo principal da reunião era a discussão pelos membros do CO-SNIG dos documentos disponibilizados pela Comissão Europeia (C.E), de modo a preparar a próxima reunião do MIG-P onde os mesmos irão ser discutidos.

### **2. Ponto 2 da Agenda - Aprovação da agenda**

A Agenda foi aprovada com alteração do ponto 11 que passa para a próxima reunião.

### **3. Ponto 3 da Agenda - Informações**

Foi apresentado por Mário Caetano o resultado do questionário feito às entidades para avaliação do ponto de situação dos trabalhos referentes aos metadados dos conjuntos de dados geográficos (CDG) e à publicação dos serviços web.

Paulo Patrício fez uma breve apresentação da Candidatura DIPIGEO.

De seguida, Mário Caetano pôs à consideração dos presentes que se passasse para o ponto 14 da ordem de trabalhos.

### **4. Ponto 14 da Agenda – Outros assuntos**

Mário Caetano informou o CO-SNIG que a DGT se propõe a elaborar um relatório nacional com o ponto de situação da implementação da Diretiva INSPIRE para apresentar às diferentes tutelas dos organismos produtores de IG, onde se fará uma avaliação do risco de incumprimento daquela Diretiva. Todos os presentes concordaram, sugerindo-se que o relatório seja elaborado em Fevereiro/Março de 2017 após a apresentação do relatório de situação referente a 2016.

Foi feito o ponto de situação das metas de execução dos CSDG a monitorizar em 2016. Portugal reporta um grande número de dados (6º lugar entre os países europeus).

Relativamente ao conjunto de entidades (29), 14 entregaram o Plano de Ação, tendo 14 apresentado dados na monitorização.

Ainda relativamente ao número de CDG, Mário Caetano referiu estar a equacionar rever o número de CDG reportados, pois como as regiões autónomas têm uma estrutura administrativa equivalente ao continente, apresentam conjuntos de dados que no caso do Continente são apresentados pelos organismos responsáveis pela sua produção, incrementando substancialmente os números finais.

Ricardo Deus sublinha a questão dos catálogos de dados que para além de deverem articular-se, colocam problemas quando os dados ainda não estão disponibilizados nas IIG respetivas e a necessidade de se articularem também as infraestruturas e as entidades.

Jorge Magalhães questiona onde se deverá fazer o registo dos metadados, se no SNIG ou no IGEO. Aborda ainda a necessidade de se fomentar a interação entre o INE, AMA e respectivos catálogos.

Ana Santos sublinha a necessidade de haver uma estratégia nacional para os dados geográficos a exemplo do que se passa na Comissão Europeia. Refere mesmo que o CO-SNIG é a entidade própria para coordenar a definição dessa estratégia.

Mário Caetano refere que está a ser abordada uma nova estratégia para a articulação entre o IGEO e o SNIG, sublinhando que os metadados são sempre carregados no SNIG, até porque o IGEO não tem catálogo de metadados. Refere mesmo que deverá ser equacionada uma estratégia para a IG em Portugal, como um imperativo.

#### **5. Ponto 4 da ordem de trabalhos: do ENiiG 2016 para o ENiiG 2017**

Colocado o assunto a discussão, Aurete Pereira considerou importante que, nas sessões do ENiiG, fossem divulgados os trabalhos dos diferentes Grupos de Trabalho INSPIRE.

Mário Caetano referiu que no próximo evento os membros do CO-SNIG irão estar mais envolvidos, pois neste que passou, face ao tempo disponível, tal não foi possível. Adiantou ainda que no próximo ano irá articular-se a data das JIIDE e do ENiiG.

#### **6. Ponto 12 da Agenda: Infraestruturas de informação geográfica e governo eletrónico: discussão**

Paulo Patrício fez uma apresentação dos documentos relacionados com as novas linhas de pensamento ao nível comunitário, designadamente o que se relaciona com interoperabilidade, *digital single market* e governo electrónico. O papel do programa ISA<sup>2</sup> fortemente direcionado para a modernização na Administrações Públicas, onde

também se pretende fomentar o desenvolvimento e partilha entre as próprias administrações, no sentido de diminuir o excesso de burocracia. Abordou o *Geospatial Solution Package* cujos objectivos foram vertidos para o programa ELISE (*European Location Interoperability Solutions for e-Government*) com foco nas políticas de legalidade, organizacional, semântica e técnica.

Existem diferentes pontos de contacto ao nível da administração pública portuguesa que acompanham estes diferentes temas, designadamente AMA, ESPAP, APA, entre outros, tendo referido a importância das diferentes entidades saberem quem é quem para cada situação.

Mário Caetano referiu o *European e-Government Action Plan 2016-2020* que, em Portugal tem decorrido bastante bem, estando mesmo numa posição destacada em algumas questões, informando que a DGT em setembro, preparou um documento sobre o assunto para a Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado e onde se referia a necessidade de coordenação com a AMA para a aplicação da Diretiva INSPIRE e a sua relação com estes temas que agora estão tão em foco. Sublinhou o primeiro passo dado com o ENiiG. Referiu ainda que algumas atividades no SIMPLEX seguem esta linha, alertando para as oportunidades de financiamento, pelo que será necessário que a AMA tenha abertura para que se aprovelem candidaturas com base em informação geográfica. O site do ISA (<http://ec.europa.eu/isa/>) refere várias iniciativas no âmbito da modernização administrativa, algumas com financiamentos próprios.

Sobre este mesmo assunto António João Herdeiro referiu ainda as questões referentes a *cross-border* que promove a igualdade entre cidadãos de diferentes países. Perguntou mesmo se o CO-SNIG poderia preparar algum documento que articulasse os temas e os objectivos das entidades, ligando o DL 180/2009 com a Ação 19 do Governo Electrónico.

Ricardo Deus sugere mesmo que para produzir candidaturas bem-sucedidas, as várias entidades deveriam organizar-se para garantir soluções transversais e do interesse do Estado.

António Perdigão sublinha a falta de diálogo interno na Comissão Europeia para as questões de financiamento da informação geográfica.

Isabel Fernandes refere que a AMA só está a validar a Informação Tecnológica, sendo esse o seu objectivo principal e que há uma aposta na componente regional e local, em detrimento da nacional, decorrente do grande objectivo que é chegar ao cidadão e à empresa (COMPETE 2020).

## **7. Ponto 5 da Agenda - Monitorização 2016: discussão**

Ana Luísa Gomes fez uma breve exposição sobre a monitorização dos anos anteriores, descrevendo o modelo a aplicar à monitorização de 2016, cuja recolha dos dados será feita automaticamente por *harvesting* ao SNIG, através da palavra chave "INSPIRECORE".

Ricardo Deus colocou a questão referente aos metadados do SNIMar.

Os presentes aprovaram este novo modelo automático de recolha de dados para efeitos de monitorização, recomendando que a articulação com o SNIMAR seja feita de modo a não colocar a monitorização em causa, e sem esquecer que a Comissão posteriormente também acederá ao catálogo de metadados do SNIG.

Propôs-se então o seguinte calendário:

31 de dezembro a 31 de janeiro – processo interativo com as entidades;

31 de janeiro – reunião do GTI M&R-CO-SNIG para decidir sobre os procedimentos para a monitorização INSPIRE2016 e, se necessário, criar novas orientações. Na prática possibilitará a alteração dos metadados até 7 de Março.

Sónia Godinho questionou se o *harvesting* ao SNIMAR irá estar operacional para garantir que quem só publica no catálogo do SNIMAR, terá os metadados no SNIG.

Ricardo Deus refere que o Geoportal do SNIMAR deverá estar operacional em meados de Dezembro, pelo que convém que as entidades estejam preparadas, caso o SNIMAR não esteja operacional, para colocarem os metadados no SNIG, excepcionalmente. Há contudo, o problema dos perfis serem diferentes, pelo que o *harvesting* pode não ser concretizado nos dois sentidos.

A calendarização para a monitorização foi aprovada pelos membros do CO-SNIG presentes.

## **8. Ponto 6 da Agenda - Aprovação de documentos: Metadados para pesquisa e interoperabilidade entre infraestruturas de informação geográfica e documentos produzidos pelo Grupo de Trabalho INSPIRE Transversal (GTI-TR)**

Henrique Silva levantou a questão das palavras-chave como condição essencial para melhorar a pesquisa de metadados, permitindo que sejam mais facilmente indexadas e garantir um processo de monitorização automático. Referiu que o *dashboard* não

consegue ler as siglas das entidades, pelo que deverá haver cuidado com a utilização de acrónimos para os pontos de contacto.

Ricardo Deus propôs que o campo relativo aos pontos de contacto seja revisto de modo a não haver discrepâncias.

Ana Branco propõe que os acrónimos das entidades sejam preenchidos com recurso ao *webservice* do SIOE que para além de estar sempre atualizado, permite consultar a legislação correspondente à entidade.

Quanto à questão da colocação nos metadados de referências aos artigos do DL 180/2009, estes deverão ser actualizados quando sair o novo diploma alterado.

Os documentos foram colocados a votação e aprovados por maioria com a abstenção da ANMP, que referiu não ter recebido os documentos atempadamente, ressaltando-se no entanto as questões decorrentes das alterações da legislação. A ANMP fará chegar a respectiva posição por escrito.

De seguida passou-se à apresentação dos documentos produzidos no âmbito do Grupo de Trabalho Transversal, tendo-se proposto remeter os mesmos por email, para aprovação por escrito pelos membros do CO-SNIG.

Mário Caetano informou que irá promover uma reunião da Rede de Pontos Focais INSPIRE Core. Questionou, de seguida, a assembleia sobre os documentos enviados por email e que irão ser debatidos na reunião com a Comissão e se haveria alguma recomendação.

Marlene Antunes alerta para as *Technical Guidelines* pois existem diferenças entre os níveis nacionais, regionais e locais e a necessidade de manutenção das *Implementing Rules*.

Mário Caetano sugere que se dedique algum tempo ao questionário da CE, realçando que das respostas, poder-se-á ter uma posição conjunta do país.

Considerado o adiantado da hora, Mário Caetano informou que os pontos em aberto seriam tratados na próxima reunião dando a presente por encerrada, não sem antes ter agradecido a presença de todos, bem como os contributos apresentados.